



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO

APELAÇÃO CÍVEL nº 239606-1 - JABOATÃO DOS GUARARAPES
APELANTE: LEDA MARIA CHALITA IMBELLONI E OUTROS
APELADO: SUPERMERCADO DO GORDO LTDA E OUTRO
RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO
SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. COMPRA E VENDA. CONTRATO. DESFAZIMENTO. ARRAS. DEVOLUÇÃO SIMPLES. ACORDO.

Embora conste do contrato de compra e venda que o vendedor arrependido do negócio terá que devolver o sinal e princípio de pagamento, em dobro, inexistente nos autos a prova de que o negócio foi desfeito por culpa do vendedor, existindo, ao revés, comprovação de que houve concordância no desfazimento do negócio com a devolução simples das arras no valor de R\$ 30.000,00.

DECISÃO: "À unanimidade de votos, negou-se provimento ao apelo, nos termos do voto da Turma".

DATA DO JULGAMENTO: 21 de maio de 2014.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de APELAÇÃO CÍVEL nº CÍVEL nº 239606-1 - JABOATÃO DOS GUARARAPES, sendo apelante LEDA MARIA CHALITA IMBELLONI E OUTROS e apelado SUPERMERCADO DO GORDO LTDA E OUTRO, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça de Pernambuco, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Turma.

Recife, 27 de maio de 2014.

Adalberto de Oliveira Melo
Adalberto de Oliveira Melo
Desembargador Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 239606-1 - Jaboatão dos Guararapes
APELANTE: LEDA MARIA CHALITA IMBELLONI E OUTROS
APELADO: SUPERMERCADO DO GORDO LTDA E OUTRO
RELATOR: ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO
SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

RELATÓRIO

Tratam os autos de apelação cível interposta por LEDA MARIA CHALITA IMBELLONI E OUTROS em face de sentença do juízo da 4ª Vara Cível da Comarca de Jaboatão dos Guararapes, proferida em sede de ação de cobrança proposta pelos apelantes contra SUPERMERCADO DO GORDO LTDA E OUTRO, ora apelados.

A sentença combatida consistiu em julgar improcedente o pedido, condenando os autores na verba sucumbencial.

Inconformados os apelantes pretendem a reforma do julgado alegando que a parte ré, que teria dado causa ao desfazimento do negócio, deveria fazer a devolução do sinal de R\$ 30.000,00 em dobro, conforme previsto no contrato.

Em que pesem terem sido intimados, os apelados não apresentaram contrarrazões ao recurso.

É o relatório.

A revisão.

Recife, 11 de março de 2014.

Adalberto de Oliveira Melo
Adalberto de Oliveira Melo
Desembargador relator.

w.

131
N



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 239606-1 - Jaboatão dos Guararapes
APELANTE: LEDA MARIA CHALITA IMBELLONI E OUTROS
APELADO: SUPERMERCADO DO GORDO LTDA E OUTRO
RELATOR: ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO
SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

VOTO

Conforme consta das fls. 13 a 18, foi formalizado um contrato particular de compra e venda de equipamentos e mercadorias diversas que se achavam em um supermercado, ficando acertado que havendo arrependimento por parte do comprador, este perderia o sinal e princípio de pagamento e, em caso de arrependimento do vendedor, este devolveria as arras em dobro, sendo esta a pretensão da ação.

Conforme consta da cláusula terceira do contrato, o valor dos equipamentos foi fixado em R\$ 150.000,00 que seriam pagos em onze parcelas, sendo a primeira no valor de R\$ 75.000,00 que seria paga em 14/06/2004, e as demais, no valor de R\$ 7.500,00, cada, a serem pagas a partir de 15/07/2004.

Na cláusula quarta do contrato ficou acertado que o valor das mercadorias seria apurado no balanço marcado para o dia 13/06/2004, restando certo que o valor encontrado deveria ser pago após a conclusão do balanço, em espécie. Caso não ocorrendo, a negociação seria desfeita com a perda do sinal, por parte do comprador, em favor da parte vendedora.

43

132
H

O autor, ora apelante, alega que foi iniciado o balanço das mercadorias e, quando já estava no seu final, o vendedor comunicou seu arrependimento devolvendo, ao comprador, o valor de R\$ 30.000,00, que havia recebido como sinal, através do cheque juntado aos autos.

Na peça de rebate, os apelados alegaram que ao término do balanço, ocorrido no dia 13/06/2004 (domingo), as partes, de comum acordo, resolveram se reunir no dia seguinte para que fosse feita a transferência do valor encontrado (R\$ 239.704,48) para a conta do vendedor, ocorrendo que por volta das 15hs o vendedor foi informado que esse pagamento seria feito em dez parcelas mensais e, diante disso, resolveram de comum acordo, desfazer a negociação.

Não há nos autos nenhuma prova concreta de que a parte vendedora tenha dado causa ao rompimento do contrato.

Ao revés, o documento de fls. 45, juntado pela parte demandada por ocasião da apresentação de sua contestação, dá conta que o negócio foi desfeito, de comum acordo, porque nenhum pagamento foi feito após a conclusão do balanço para apuração do valor das mercadorias.

Embora esse documento, manuscrito, tenha sido impugnado pela parte autora através da petição de fls. 47/51, dito documento tem valor jurídico e comprova o acerto firmado, vez que está assinado por todos os que se achavam presentes ao ato e por testemunha. Esse documento demonstra que restou acertado o distrato amigável do contrato.

Não há nos autos nenhuma prova inequívoca das alegações contidas na inicial, razão pela qual a sentença não merece reparo.

Com estas considerações nego provimento ao apelo.

É como voto.

Adalberto de Oliveira Melo
Adalberto de Oliveira Melo
Desembargador relator.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE
Fls. 133
M

2ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL 8155-03.2004.8.17.0810 (239606-1)

RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO
REVISOR: DES. CANDIDO J F SARAIVA DE MORAES
APELANTES: LEDA MARIA CHALITA IMBELLONI E OUTROS
APELADOS: SUPERMERCADO DO GORDO LTDA.
ANTÔNIO BARBOSA DE LIMA

V O T O D E R E V I S Ã O

Trata-se de apelação interposta contra sentença (fls. 97), a qual julgou improcedente o pleito dos autores, deixando de condenar os réus ao pagamento de arras penitenciais e condenando os ora Apelantes, ao custeio da verba advocatícia arbitrada em 10% sobre o valor emprestado a causa.

A demanda originária foi proposta pelos Autores aduzindo terem entabulado contrato de compra e venda com os réus objetivando a aquisição dos equipamentos e estoque existentes no estabelecimento comercial individualizado na exordial.

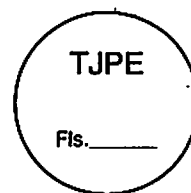
Entretanto, após a realização de balanço para apurar o montante relativo a compra das mercadorias existentes no estoque, alegam os Apelantes terem sido surpreendidos com o arrependimento dos vendedores, razão pela qual, objetivam o recebimento de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) a título de arras penitenciais, conforme previsto no art. 420 do Código Civil¹.

¹ Art. 420 do CC Se no contrato for estipulado o direito de arrependimento para qual quer das partes, as arras ou sinal terão função unicamente indenizatória. Neste caso, quem as deu perdê-las-á em benefício da outra parte; e quem as recebeu devolvê-las-á, mais o equivalente. Em ambos os casos não haverá direito a indenização suplementar.

C



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Araújo de Moraes



Em sua peça de bloqueio, os Apelados sustentam que, de acordo com a cláusula 6 do contrato (fls. 14), os Apelantes se comprometiam a pagar o valor total das mercadorias em uma única parcela.

Contudo, após apurado o valor devido, os Apelantes aduziram não possuir numerário suficiente para adimplir o contrato, propondo o pagamento parcelado das mercadorias.

A nova proposta foi rejeitada pelos Apelados, os quais devolveram o sinal, imputando, conseqüentemente, a responsabilidade pela rescisão do pacto aos Apelantes.

Em seu apelo (fls. 108), os Recorrentes asseveram (i) estar provada a culpa dos Apelados, pois mesmo diante da faculdade de reter o sinal, devolveram o montante e, (iii) a data do cheque, relativo a devolução das arras, emitido um mês após a realização do balanço, corrobora a culpa dos promitentes vendedores.

Preparo às fls. 107.

Devidamente intimados, os Apelados não apresentaram contrarrazões ao recurso (fls. 120)

É o breve relatório, decidido.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Pres. Cândido J. F. Pereira de Moraes

TJPE

Fls. 134

Compulsando os autos, verifico ser incontroversa a existência de um contrato de compra e venda não concretizado, restando apenas estabelecer qual das partes deu causa a rescisão, tratando-se, portanto, de matéria intrinsecamente ligada ao conjunto probatório carreado aos autos.

Neste eito, observo que os Apelantes buscam comprovar a responsabilidade dos Apelados por meio de mera argumentação acerca dos documentos juntados aos autos.

Entretanto, conforme relatado, os Apelados afirmam que o negócio não foi concretizado em razão do inadimplemento dos Apelantes, no tocante ao valor das mercadorias, apurado após o balanço.

Os Apelantes não apresentaram provas capazes de comprovar a recusa dos Apelados em receber o referido montante, ou, ao menos, demonstrar a tentativa de pagamento do montante necessário para a concretização do negócio.

Indubitavelmente, é ônus do autor provar os fatos constitutivos do seu direito, por força do art. 333, I, do Código de Processo Civil, verbis:

.....

"Art. 333. O ônus da prova incumbe:

I - ao autor, quanto ao fato constitutivo do seu direito."

.....



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Carneiro de Moraes

TJPE

Fls. _____

Acerca do tema, observe-se o esclarecimento do processualista Humberto Theodoro Júnior:

.....

Não há um dever de provar, nem à parte contrária assiste o direito de exigir a prova do adversário. Há um simples ônus, de modo que o litigante assume o risco de perder a causa se não provar os fatos alegados e do qual depende a existência do direito subjetivo que pretende resguardar através de tutela jurisdicional. Isto porque, segundo a máxima antiga, fato alegado e não provado é o mesmo que fato inexistente.²

.....

O entendimento uníssono da jurisprudência corrobora esse posicionamento, verbis:

.....

RELAÇÃO DE CONSUMO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DO INSS. DESCONTOS INDEVIDOS NA FOLHA DE PAGAMENTO. AUSÊNCIA DE PROVAS. DEVER DE INDENIZAR NÃO CONFIGURADO. IMPROCEDENTE. SENTENÇA MANTIDA. *No caso em tela, de acordo com o art. 333, I, do CPC, cabia à parte autora o ônus da prova, do qual não se desincumbiu. As alegações de que a requerida estava realizando descontos na folha de pagamento do seu benefício, não foram comprovadas. Ademais, o pedido não guarda congruência lógica com os fatos alegados. Portanto, não tendo o autor comprovado os atos constitutivos do seu direito, a improcedência dos pedidos formulados pelo autor deve ser mantida. Sentença mantida por seus próprios fundamentos. RECURSO IMPROVIDO.* (Recurso Cível 71002306736, Primeira Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Luís Francisco Franco, Julgado em 22/10/2009).

.....

TELEFONIA. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS. *1. Ainda que se trate de relação de consumo, não se pode eximir o autor do ônus de produzir prova indiciária mínima, a fim de dar consistência à tese expendida na inicial, consoante dispõe o art. 333, inc. I, do CPC. 2. Caso em que não se desincumbiu a contento o autor em provar o fato sobre o qual fulcra sua pretensão, ou seja, a ilegalidade dos valores debitados da sua conta corrente em razão da contratação do serviço de Internet. RECURSO IMPROVIDO.* (Recurso Cível 71002113892, 3ª Turma Recursal Cível, Rel. Eduardo Kraemer, j. 15/10/2009).

.....

² JÚNIOR, Humberto Theodoro. Curso de Direito Processual Civil, Ed. Forense, 19ª edição, vol. I, pág 421.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fis. 135

Dessarte, pode-se afirmar que o art. 333 do Código de Ritos possui um caráter duplice, servindo tanto para guiar as partes, estimulando a produção das provas capazes de comprovar ou refutar as alegações formuladas, como também possui o condão de adverti-las dos riscos, acaso assim não procedam³.

A distribuição do ônus da prova serve, em última análise, para a boa formação do conjunto probatório, condição essencial para o julgador poder dirimir a questão, ofertando uma solução justa para o litígio.

Logo, verifico que as alegações dos Apelantes vem desacompanhadas de conjunto probatório essencial para o deslinde da demanda.

O simples fato dos Apelados terem devolvido o valor do sinal ou a data desta devolução, não induzem, por si só, a conclusão de culpa dos promitentes-vendedores.

Assim, **NEGO PROVIMENTO** ao apelo, mantendo inalterada a sentença objurgada.

É como voto.

Recife, 21/05/14

Des. Cândido J F Saraiva de Moraes

Revisor

³ MARINONI, Luiz Guilherme. Código de processo civil: comentado artigo por artigo / Luiz Guilherme Marinoni, Daniel Mitidiero - 4. ed. - São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012.